

SEMPRE É TEMPO PARA JUSTIÇA E TEMPINHOS PARA DESLIZES

Depois de 25 anos é preso o mandante do assassinato de Eugênio Lyra. Esta é a notícia principal da página policial do jornal A Tarde de 8 de agosto de 2002. Numa postura adequada, o noticioso se encarrega de lembrar ao leitor quem foi Lyra. Advogado de trabalhadores rurais, que usava a sua formação profissional para “combater a violência contra os pequenos proprietários de terra em Santa Maria da Vitória”.

De acordo com a matéria, Lyra foi assassinado com um tiro na testa pelo pistoleiro Wilson Novaes Gusmão. Waldely de Lima Rios é um dos mandantes do crime e estava foragido em São Miguel do Araguaia no estado de Goiás. Na ocasião do assassinato era um grande fazendeiro na região em que atuava Lyra.

Na mesma página que dá conta deste acontecimento, há uma matéria intitulada *Tim Lopes: delegado é exonerado*. Refere-se ao policial responsável pela investigação da morte do jornalista e ao desfecho dado por este ao caso. Para a surpresa de todos, o delegado, implicitamente, acusa o próprio Tim pela sua morte.

Pela interpretação dada por aquele policial, poderíamos também acusar Eugênio Lyra pela sua morte. Também ele prestava um serviço que desafiava poderes violentos, representado pelas figuras dos grandes coronéis de terra. Também ele se colocava “muito perto do perigo”, seguindo a lógica do relatório que trata do caso Tim Lopes.

Levando-se ao pé da letra as idéias contidas no documento do inspetor Daniel Gomes Lima, da polícia do Rio de Janeiro, podemos chegar à conclusão de que profissionais e moradores que habitam ou trabalham nas

áreas de influência do tráfico são suicidas em potencial. Pior que isso, que sendo assim, atribuindo-se irresponsabilidade à vítima, a polícia não se sente obrigada a desempenhar as suas funções. É como indica a revista Isto É de 14 de agosto de 2002, enquanto Tim é acusado pela sua morte por ter estado no local inadequado, “o traficante pode circular por onde bem entende, já que a polícia não consegue prendê-lo”.

O caso Lyra e o caso Tim aqui expostos são dois exemplos que se opõem. Primeiro, a justiça tarda mas não falha. O segundo, a justiça nem tarda e já falha. Porque é preciso entender que um relatório policial é uma peça importante para o desenvolvimento do trabalho da justiça.

É necessário se dar conta do quanto é grave a postura policial que atribui à vítima a condição de algoz. Somente para se ter uma idéia, no mesmo exemplar da Isto É, já citado, há uma breve notícia intitulada *Lei do cão*. Refere-se às mudanças por que passam as pessoas que denunciaram à Isto É “o funcionamento do tráfico de garotas brasileiras aliciadas para trabalhar em boates da Venezuela e Bolívia”. De acordo com a revista, o problema continua o mesmo, o que há de novo é a perseguição aos que concederam entrevistas. São jornalistas, conselheiros tutelares e representantes de entidades de defesa da criança e dos direitos humanos que estão sendo ameaçados de morte “por uma rede de traficantes que atua em Boa Vista (RO) e em Manaus (AM)”. Se usarmos o mesmo critério dos policiais que acusam Tim, diremos que essas pessoas ameaçadas são responsáveis pelos riscos que correm. Mas não é só isso: o caso fica desvendado, esclarecido através dessa versão “inovadora” do inquérito policial.

A postura dos policiais cariocas faz pensar numa questão que diz respeito à necessidade que o aparato policial tem de responder aos apelos da opinião pública. As vezes, essa “vontade” de oferecer respostas leva ao fabrico de soluções, como a prisão de inocentes ou a exposição pública de suspeitos. Não é difícil observar o quanto certos setores policiais se rendem ao fascínio da mídia, basta observar o modo com que as delegacias utilizam os produtos apreendidos, especialmente armas e munição, para construir imagens visuais de seu trabalho. E a boa imagem policial está associada ao esclarecimento dos casos. Assim, na falta de “caso encerrado” perfeito, vale a invenção, mesmo correndo-se o risco do arquivamento do caso. O que vale é imagem de um trabalho “rápido e concluído” mesmo que, para isso tenha que se contar com um morto que mata.